



## SISTEMA LITERÁRIO BRASILEIRO: DO PROJETO DE NAÇÃO AOS “GUMES” QUE O CONSTITUÍRAM

Albeiro Meija Trujillo\*<sup>1</sup>

\*Universidade de Brasília (UnB)

e-mail: malbeiro@yahoo.com.br

**Resumo:** O texto que aqui se apresenta aborda questões de ordem teórica relativas à literatura brasileira e explora, em caráter esclarecedor, assuntos amplamente discutidos que, no entanto, não são totalmente claros para uma ampla parcela de leitores e estudiosos da literatura brasileira. Os temas abordados têm por base os estudos do crítico Antonio Candido, e versam sobre o conceito de sistema literário; discussões sobre o período de formação da literatura brasileira; o projeto de nação esboçado na literatura durante o Romantismo, o Realismo, o Naturalismo, o Pré-modernismo e o Modernismo; e, finalmente, aborda a questão atinente ao caráter dialético da construção literária quando se vale de lados opostos, “gumes”, para produzir novas sínteses artísticas e sociais. Os três tópicos em que foi organizado o estudo podem ser lidos de modo independente com proveito, porém a leitura completa do texto fornecerá uma visão mais abrangente que contribuirá para melhor entender a literatura brasileira, mediante recurso a análises extraliterárias. São utilizados como textos de base, escritos teóricos de autores como Gonçalves de Magalhães e Machado de Assis que, em sua época, além de escritores, também atuavam como críticos e estudiosos de seu tempo, os quais nos ajudam a ter uma visão sincrônica do fenômeno literário brasileiro; além disso, quando possível, foram utilizadas referências literárias que ajudam a compreender as discussões teóricas.

**Palavras-chave:** Sistema literário. Nacionalismo literário. História literária. Formação.

### Brazilian literary system: from the nation project to the “edges” that constituted it

**Abstract:** The text presented here addresses theoretical issues relating to Brazilian literature and explores, in an enlightening manner, widely discussed subjects that are not entirely clear to a wide range of readers and scholars of Brazilian literature. The topics covered deal with the concept of literary system; discussions about the formative period of Brazilian literature; the nation project outlined in literature during Romanticism, Realism, Naturalism, Pre-modernism and Modernism; and, finally, addresses the issue regarding the dialectical character of literary construction when it uses opposing or “edged” sides to produce new artistic and social syntheses. The three topics around

<sup>1</sup> Pós-Doutorado em Gramaticologia pela PUC/SP, Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília – UnB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8944620652540634>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8581-5150>.



which the study was organized can be read independently with benefit, although the complete reading of the text will provide a more comprehensive view that will contribute to a better understanding of Brazilian literature, through the use of extra-literary analyses. Theoretical writings of authors such as Gonçalves de Magalhães and Machado de Assis are used as base texts, who in their time, in addition to literary works, also acted as critics and scholars of their time and help us to have a synchronic vision of the Brazilian literary phenomenon and, also, whenever possible, literary references were used to help understand the theoretical discussions.

**Keywords:** Literary system. Literary nationalism. Literary history. Literary constitution.

## **Introdução**

O conceito de literatura, no sentido estrito do termo, refere-se à construção textual de natureza estética, cuja verdade é de ordem diversa das verdades da ciência e da filosofia. O estudo da literatura pode seguir o caminho da perquirição aplicada ao texto poético ou, então, adotar a perspectiva da abordagem teórica, na qual se trabalha com os elementos externos ao próprio texto artístico abrangendo domínios como a história, a geografia, a filosofia, a sociologia, a psicologia, a linguística, entre outras perspectivas da abordagem.

No estudo aqui apresentado, adotou-se a perspectiva teórica, pois o interesse é abordar questões de natureza historiográfica que remetem à formação da literatura brasileira; elementos de ordem sociológica que conduzem aos ideais identitários que pairam em torno dos projetos de nação presentes na formação e consolidação de uma literatura propriamente brasileira, e; finalmente, abordagens mais vinculadas à crítica literária e que colocam em evidência os “gumes” ou perspectivas que orientaram o desenvolvimento da literatura brasileira dentro daquilo que também pode ser denominado de “dialética” que permeou a literatura em suas diversas fases como são os aspectos nacional - importado, universal - local, entre outros.

Para o desenvolvimento do tema proposto, o texto foi dividido em três tópicos denominados: Literatura brasileira como sistema e o período de formação; projeto de nação: o caráter empenhado da literatura brasileira; os gumes da literatura brasileira: imposição e adaptação cultural.

O primeiro tópico, Literatura brasileira como sistema e o período de formação, começa esclarecendo que no âmbito teórico de ciências como a Sociologia, a Economia, a Linguística e a Antropologia, os conceitos de Estrutura e de Sistema são complementares na constituição de um todo orgânico, e da mesma forma que na gramática existem os termos



de estrutura que são invariáveis (preposições, conjunções, etc.), e os elementos de arquitetura ou de sistema que são variáveis (fonética e léxico), também na literatura existe uma estrutura, que não será abordada aqui, e um sistema que aqui será abordado só enquanto conjunto de elementos em interdependência que constituem o objeto denominado “literatura brasileira”.

A ideia de sistema literário brasileiro apresenta divergências, sobretudo quando se tenta delimitar o período de sua formação, pois para autores como Antonio<sup>2</sup> Candido a constituição da literatura brasileira se dá a partir da fase final do Arcadismo e no Romantismo com seu final em 1880, desconsiderando a produção literária anterior por denominá-la como literatura portuguesa ou feita por portugueses no Brasil. Essa demarcação do período de formação corresponde mais a um enquadramento histórico do que propriamente à compreensão do que seja Sistema, dado que este é mais abrangente do que um conjunto de obras publicadas em determinado território e considera a gênese das obras, o contexto cultural, a circulação e o consumo de textos artísticos, produção literária feita por brasileiros fora do país ou por estrangeiros inseridos no contexto cultural e linguístico do país, obras traduzidas e adaptação de gêneros e suportes diversos, entre outros elementos que integram o sistema literário nacional e o universal.

O segundo tópico que integra o tema proposto versa sobre o projeto de nação, pois constitui uma perspectiva sociológica importante para a compreensão da literatura brasileira, haja vista que o processo de independência do país e sua afirmação identitária tanto cobrou quanto contou com a contribuição das classes mais instruídas da população que se empenharam em construir uma imagem de nação. Deve-se observar que cada período histórico acrescentou novos elementos, dentro das propostas dos estilos de época, para a composição do caráter distintivo da literatura brasileira, a começar com o Romantismo que, com o indianismo, a exaltação da natureza e o regionalismo, formalizou um perfil do povo, do território e das diversas manifestações da coletividade; por sua vez, o Realismo e o Naturalismo contribuíram com novos retratos da vida nacional, como a descrição feita por Aluísio Azevedo em que “os de cá de baixo” e “a gente lá de cima” reforçam a existência de camadas sociais bem definidas; finalmente, o Pré-Modernismo e o

---

<sup>2</sup> Embora o nome Antônio e o sobrenome Cândido, conforme a grafia da língua portuguesa, sejam escritos com acento circunflexo, no caso do sociólogo, crítico e professor brasileiro Antonio Candido de Mello e Souza tanto o nome quanto o sobrenome são grafados sem acento. Neste artigo mantemos a grafia do nome do autor como consta em seus livros, pois os nomes próprios têm peculiaridades que devem ser respeitadas.



Modernismo permitiram produzir uma imagem considerada por críticos e teóricos como de base neo-naturalista em que, mais do que um projeto de nação, denunciavam-se o atraso, o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais tipificadas, sobretudo, pela geração modernista de 1945.

O terceiro ponto que integra este estudo, denomina-se: Os gumes da Literatura brasileira: imposição e adaptação cultural. A razão deste assunto estriba na necessidade de esclarecer que a literatura assim como a própria vida é conduzida por caminhos alternos de encontros e desencontros em que, de elementos opostos e até antagônicos, formam-se novas sínteses. Esta questão emerge quando se tenta estabelecer que a literatura brasileira é resultado de imposições externas, enquanto outros defendem que a mesma surgiu de adaptações, e porque existiu certa vontade de construir uma literatura própria. O confronto entre imposição e adaptação é definido como um dos “gumes” da literatura brasileira, porém existem outros “duplos lados” como quando se coloca a questão do nacional e do importado, do local e do estrangeiro, ou, ainda, mais tecnicamente definida como dialética do particular e do universal. Essa discussão nos ajuda a entender que de uma hipótese e uma antítese surge uma síntese, e que esse é o caminho dialético para a construção de quaisquer saberes.

Espera-se que a leitura deste estudo ajude o leitor a visualizar de modo mais claro as duas perspectivas relacionadas com a historicidade do processo de formação da literatura brasileira; a compreender que os movimentos regionalistas presentes na diacronia literária brasileira, inclusive no Romantismo, serviram como instrumento identificador das características e condições de vida das populações das diversas regiões do país; a entender melhor o conceito de sistema aplicado à literatura; e a confrontar os aparentes antagonismos presentes na construção literária como elementos dialógicos que permitem avançar para novas sínteses tanto estéticas quanto sociais.

### **Literatura brasileira como sistema e o período de formação**

Não se confunde historiografia literária com sistema literário, pois as historiografias literárias não encaram a totalidade dos sistemas literários e, pelo contrário, geralmente estes são eliminados sem maiores notícias. Numa época literária não existe apenas um tipo de produção de obras, pois estas pertencem a correntes diversas e contraditórias. Muitas



historiografias desconsideram ou subvalorizam conjuntos de obras, enquanto exaltam outra, sendo que essas historiografias não conseguem captar nem transmitir a história real e viva do sistema literário, pois o critério da inclusão e exclusão de obras não é explicitado. Conforme Kothe (1981), a história real do sistema exige a descrição ampla do funcionamento de todo “o sistema”, incluindo a gênese, circulação, consumo, revitalização de obras, discernindo claramente as diferenças qualitativas na pirâmide.

O sistema literário institucionalizado no Brasil não corresponde plenamente ao sistema do seu objeto, pois o sistema literário brasileiro é muito mais do que a Literatura Brasileira. Ao sistema pertencem não só obras produzidas no Brasil, já que se incorporaram a ele muitas obras escritas em outros tempos e lugares como o caso de “Canção do Exílio” que foi escrita em Portugal. Obras originalmente estrangeiras, quando traduzidas para o português, publicadas e consumidas no país, passam a integrar o sistema literário vigente no Brasil.

Há gêneros literários, de enorme consumo popular, como o romance policial e as histórias de detetive, que são preenchidos mais por essas importações do que pela produção nacional. Para se fazer uma ciência da literatura não se pode excluir do sistema literário brasileiro todas as obras não escritas por brasileiros natos, como Clarice Lispector, por exemplo. O nacionalismo radical pode redundar no fomento de um orgulho nacional calcado na ignorância e no desconhecimento do que há de melhor do patrimônio cultural da humanidade, contribuindo para o empobrecimento institucionalizado da cultura local.

A literatura como sistema, compilando autores e obras sob um viés cronológico, possibilita periodizar historicamente toda a produção literária de um povo. Candido (2006), em *Formação da literatura brasileira*, publicada originalmente em 1959, concebe a literatura como integração de autores, obras e público em um sistema articulado e não mais como uma pluralidade aleatória de autores e obras, concebidos como independentes de uma articulação visível em um sistema.

Candido ainda propõe o conceito de sistema literário, definindo seu estudo como a investigação do processo de constituição desse sistema no Brasil, sua “formação”. Para o crítico, a ideia de uma literatura que se possa chamar de brasileira exige, necessariamente, a constituição desse “sistema literário”, conceito central de sua análise. É esse sistema que permite que uma série de textos seja entendida como literatura e como uma literatura nacional.



Uma das questões que *Formação da literatura brasileira* destacou é como tratar a literatura produzida no território brasileiro antes da constituição desse sistema. Para Candido, a palavra “formação” era central para o recorte proposto. Não se tratava de uma história da literatura, como era o projeto inicial de Candido, mas de uma análise dos “momentos decisivos” da constituição desse sistema literário, ou seja, o Arcadismo e o Romantismo. Para a produção anterior ao Arcadismo, Candido utiliza o termo “manifestações literárias”. O argumento do autor é que falta à produção anterior uma continuidade entre as gerações de escritores.

Definindo seu trabalho, Candido (2006) explica que buscou averiguar quando e como se definiu uma continuidade ininterrupta de obras e autores, cientes quase sempre de integrarem um processo de formação literária. O crítico completou afirmando que, salvo melhor juízo, isto ocorre a partir de meados do século XVIII e adquire plena nitidez na primeira metade do século XIX, sendo com os chamados árcades mineiros, as últimas academias e certos intelectuais ilustrados, que surgem homens de letras formando conjuntos orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer *literatura* brasileira.

Numa provocação que rendeu debate intenso, o crítico, poeta e professor Haroldo de Campos (1929-2003) falou em “sequestro do Barroco” por Candido, pois essa ideia de literatura eliminaria obras de grande qualidade literária, como os escritos atribuídos a Gregório de Mattos (1636-1696). Essa poesia, em que pesem suas qualidades, teria ficado alijada da história literária.

Teria realmente existido no século XVII um grande poeta brasileiro chamado Gregório de Mattos? Não, com certeza, pelo menos em termos de história literária; como escreve, na *Formação da Literatura Brasileira*, o sr. Antonio Candido, 'embora tenha permanecido na tradição local da Bahia, ele não existiu literariamente (em perspectiva histórica) até o Romantismo, quando foi redescoberto, sobretudo graças a Varnhagen (Campos, 1989, p. 8).

Campos, em *O sequestro do Barroco na formação da literatura brasileira: O caso de Gregório de Mattos* (1989), ainda afirma estarmos num paradoxo porque à “questão da origem” se soma a da identidade de um autor πατρωνυμικός (patronímico), pois em seu nome se encontra a origem da literatura brasileira. Campos continua dizendo: “Um dos maiores poetas brasileiros anteriores à Modernidade, aquele cuja existência é justamente mais fundamental para que possamos coexistir com ela e nos sentirmos legatários de uma





tradição viva, parece não ter existido literariamente ‘em perspectiva histórica’” (Campos, 1989, p. 10).

Candido, para Campos (que foi seu orientando no doutorado), reforçava um caráter nacionalista da crítica literária brasileira. A argumentação de Candido retomaria uma questão histórica do debate literário brasileiro, a questão do caráter nacional, o que conduziria à exclusão da produção anterior ao movimento literário ligado à luta pela independência do país. O argumento foi rebatido por Roberto Schwarz, que apontou o internacionalismo das ideias de Candido que não o impediria de perceber a relevância da constituição de um espaço literário nacional. *Formação* “se encerra” na década de 1880, com os projetos realistas dominando a cena literária, momento em que Machado de Assis é capaz de dar um salto estético porque já há uma produção e circulação de obras e leituras que permitem a reelaboração dessa tradição, enquanto os escritores naturalistas já contam com uma rede de leitores, críticos e publicações que dão uma espécie de vida própria à produção literária.

Na Sociologia, embora não seja prerrogativa dela, trabalha-se com os conceitos de Estrutura e de Sistema, sendo que a ideia de sistema de Candido está intimamente ligada à sua formação sociológica. Certamente, o impacto do recorte sociológico de Candido levou ao surgimento de leituras de cunho metafórico e alegórico da obra literária, dando preferência à narrativa e não à poesia. Essa seria uma das razões da difícil interlocução com os recortes propostos pelo grupo de Haroldo e Augusto de Campos, em que a poesia tem centralidade. Um dos legados de Candido se encontra na ideia de que não se pode construir uma história literária apenas com os leitores e escritores excepcionais: para ele, é preciso pesquisar os textos críticos e a produção literária “menores” para entender, inclusive, os grandes autores.

A relevância da história e da sociologia na análise de Candido é um dos alicerces da rejeição de Campos à ideia de sistema literário. Embora se saiba que há um Antonio Candido posterior à *Formação*, o dos chamados ensaios definitivos, como ‘Dialética da malandragem’ e ‘De cortiço a cortiço’, que em parte se voltam para uma leitura formal das obras, ainda assim estamos diante do sociólogo que tudo enxerga desde o nexo entre literatura e sociedade. A expressividade de Candido na USP e a consolidação de seu nome nacional e internacionalmente levaram a que os estudos literários, particularmente de historiografia e de crítica literária, se disseminassem no meio acadêmico brasileiro sob a marca de



“literatura e sociedade”, designação atribuída e cursos de mestrado e doutorado em diversas universidades do Brasil.

Antonio Candido considera o Arcadismo e o Romantismo como dois períodos decisivos na formação do que ele chama de sistema literário, formação que se dá por encerrada em 1880. De modo breve, o significado de “sistema literário” pode ser formulado assim: A rede de relações entre certa quantidade de atividades chamadas “literárias”, e consequentemente, essas atividades observadas através dessa rede. Dito de outra forma, sistema é um conjunto de elementos que se encontram em mútua interdependência, sendo que o sistema literário é constituído por elementos espaciais, temporais, históricos, culturais, sociais, formais, estéticos etc., que estão diretamente interligados na produção literária de modo orgânico.

### **Projeto de nação: o caráter empenhado da literatura brasileira**

O conceito de empenho é fundamental para se pensar o papel da literatura no projeto de construção da nação, pois, conforme argumenta Antonio Candido, o projeto de construir uma literatura independente da de Portugal também foi o de construir uma nação. O crítico explica que com “empenho” não quer dizer que a literatura seja social ou deseje tomar posições ideológicas, nem que esteja comprometida com o enfrentamento dos problemas e das iniquidades sociais; na verdade, com esse conceito ele pretende mostrar que a literatura nesse momento é toda voltada, no intuito dos escritores ou na opinião dos críticos, para a construção duma cultura válida no país. Quem escreve, contribui e se inscreve (empenha-se) num processo histórico de elaboração nacional.

Ao estudar o Arcadismo, pode-se verificar que, naquele momento, a questão colocada não era exatamente o nacionalismo, haja vista que o país ainda se encontrava na condição de colônia, estando política e economicamente sob os influxos de Portugal. Contudo, apesar da condição colonial, já se pode vislumbrar as raízes do nacionalismo romântico no empenho da literatura árcade. Em outras palavras, existe já no ápice do Arcadismo a configuração de um sentimento nativista, que será o germe da vontade de tornar o país e a literatura independentes.

Com o Romantismo a questão nacional será colocada de fato como um problema de primeira ordem. Sob o influxo dos movimentos de libertação nacional ocorridos na América,





associado à proclamação da Independência do Brasil em 1822, inspirado pelos ideais oriundos da Revolução Francesa e do liberalismo econômico, e herdeiro do movimento romântico na Europa, o Romantismo brasileiro é marcado indubitavelmente pelo nacionalismo literário. O desejo de emancipar a literatura brasileira da portuguesa e de consolidar a soberania do país será o carro-chefe dessa estética.

No âmbito da Literatura, o surgimento do Romantismo buscou contribuir com a construção da identidade nacional. Àquela altura, era natural que as inteligências brasileiras trabalhassem na perspectiva de orientar o projeto de nação e, nesse sentido, era fundamental e urgente pensar em um ator que agregasse o espírito de brasilidade. A escolha do sujeito brasileiro certo, considerando o contexto de mudanças, poderia vir a ser o elemento desencadeador da construção identitária tão imperiosa para a nação.

A escolha e a posterior difusão do modelo ideal do brasileiro eram fundamentais nesse contexto, cabendo à literatura, em certo momento, a responsabilidade dessa tarefa. A escolha do índio como encarnação do espírito nacional não era acidental, pois já havia sido tomada na longa tradição literária até ali, e os mesmos critérios parecem ter sido redimensionados, sendo que da literatura de viagem, de Santa Rita Durão chegou a Gonçalves de Magalhães e a José de Alencar.

Havia uma recorrência dessa temática nos diferentes gêneros, sendo na mais nova forma da produção literária liberal que o indígena se faz conhecer. Ao romance, folhetinesco e nova sensação ficcional, coube o papel de propagar o tipo ideal brasileiro na sociedade. Obviamente, o sucesso dependia não somente da prosa, mas também da engenharia literária e textual do autor intelectual e, nesse aspecto, a figura de José de Alencar é aquela que se sobrepõe na historiografia literária do Brasil.

O mancebo sentou-se na rede principal, suspensa no centro da habitação. Iracema, acendeu o fogo da hospitalidade; e trouxe o que havia de provisões para satisfazer a fome e a sede: trouxe o resto da caça, a farinha d'água, os frutos silvestres, os favos de mel, o vinho de caju e ananás. Depois a virgem entrou com a igaçaba, que na fonte próxima enchera de água fresca para lavar o rosto e as mãos do estrangeiro (Alencar, 1995, p. 22).

As obras de José de Alencar foram um exemplo de aliar a imagem da nação brasileira às suas belezas naturais, como também a mitificação do indígena como componente principal da nação brasileira. A narrativa alencariana, por exemplo, destacou desde a



representação dos aspectos da natureza brasileira até a construção de um mito que nos representasse: o “bom selvagem”. Com sua obra, José de Alencar contribuiu substancialmente para dar consistência aos denominadores comuns do período romântico.

Com a Independência política (1822), fortaleceu-se a ideia de que era necessário construir uma identidade nacional brasileira e que para tal finalidade era preciso que essa literatura ganhasse contornos particulares que seriam imprescindíveis à arte literária da jovem nação. Essa ideia foi fortalecida por aspirações separatistas de nossos românticos, pensamento que, no dizer de José Veríssimo, revelou-se como “a nossa emancipação literária” (Veríssimo, 1998, p. 13).

Como já foi mencionado, o grande impulso do Romantismo brasileiro foi o movimento de Independência do Brasil. A construção política de uma nação independente motivará os escritores a realizarem também no plano estético uma afirmação nacional. É nesse contexto que se desenvolve o que Antonio Candido chamou de “senso de dever patriótico”, ou seja, os escritores românticos se integravam num processo mais amplo de construção da nação e eram levados, não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar suas obras como contribuição para o progresso.

Servindo-se das Letras, e animados pela missão histórica de contribuir para a emancipação política e “espiritual” do país nascente, os escritores incorporaram à atividade estética alguns elementos fundamentais; será o momento da criação de história, de cultura, de identidade, de símbolos e, evidentemente, literatura próprios. Tratava-se então de construir uma vida intelectual na sua totalidade “para grandeza da pátria”. Conclui-se daí que a atividade letrada desempenhou papel fundamental nesse momento histórico, sendo um dos pilares da classe dominante daquele momento no processo de constituição de uma hegemonia.

Essa hegemonia, para ser segura, para ser completa, não pode limitar-se apenas à dominação, precisa também funcionar como direção intelectual e moral, e é justamente aí que entra a literatura romântica, pois tendo cabido a ela papel tão importante nesse período, conclui-se que esteve no centro do processo de “imaginação” da comunidade brasileira. Saindo do campo de caráter mais histórico-sociológico e entrando nos domínios da estética literária, observam-se alguns elementos gerais que constituíram literariamente a expressão nacionalista: o indianismo, a exaltação da natureza e o regionalismo.



É sempre importante ressaltar que tais elementos atuaram dialeticamente: por um lado, possibilitaram a fixação de traços do caráter nacional brasileiro, por outro, atuaram muitas vezes como “ilusão compensatória”, fundamentada numa “consciência amena do atraso” brasileiro, como a chamava Antonio Candido. Em contrapartida à sua importância histórica, principalmente em relação à formação do sistema literário brasileiro, o programa romântico, de um modo geral, acabou por configurar um país de cunho pitoresco, exótico e estereotipado: veja-se, por exemplo, o tratamento dado ao negro e ao índio nesse momento. A incorporação estética deste possibilitava a imaginação de um passado mítico para a nação em construção, amenizava o conflito colonizatório e, como já estava marginalizado da sociedade, não produzia o incômodo que o negro escravizado traria se incorporado à literatura.

Vale lembrar também que foi essa a simbologia incorporada ao imaginário das elites no processo de consolidação da hegemonia e que, gradualmente, foi transformada em senso comum. Essa é uma das principais contradições do Romantismo: por um lado tem-se o desejo de construir uma nação livre e soberana, por outro, não se verifica qualquer interesse em abandonar a estrutura social fincada no escravismo e em incorporar a população marginalizada ao projeto de nação em construção. Ou melhor, essa população estava incorporada, mas com espaço e funções muito bem demarcadas: classe trabalhadora servil.

Uma escrava!... estas palavras, soluçadas no peito de Isaura como o estertor do arranco extremo, murmuradas de boca em boca pela multidão estupefata, ecoaram largo tempo pelos vastos salões, como o rugir sinistro das lufadas da noite pela grenha de fúnebre arvoredado. Este estranho incidente produziu no sarau o mesmo efeito, que faria em um acampamento a explosão de um paiol de pólvora; nos primeiros momentos susto, pasmo, e uma espécie de estertor de angústia; depois agitação, alarme, movimento e alarido (Guimarães, 1996, p. 99).

Machado de Assis tem o mérito de livrar a literatura brasileira das amarras de certo nacionalismo paupérrimo desenvolvido ao longo do Romantismo, muito preocupado em celebrar o país novo e as promessas que se faziam para a nação em construção. Machado consegue dar um aproveitamento notável à literatura brasileira produzida até então e também a toda a tradição/influência das Letras ocidentais por meio de uma superação dialética, isto é, ele consegue dar um salto qualitativo em relação aos predecessores realizando esteticamente, por via negativa, uma representação crítica do Brasil.



(...) que valia isso, para quem não perde uma presidência de província? Tolera-se uma superstição gratuita ou barata; é insuportável a que leva uma parte da vida. Este era o caso do Lobo Neves com o acréscimo da dúvida e do terror de haver sido ridículo. E, mais este outro acréscimo, que o ministro não acreditou nos motivos particulares; atribuiu a recusa do Lobo Neves a manejos políticos, ilusão complicada de algumas aparências; tratou-o mal, comunicou a desconfiança aos colegas; sobrevieram incidentes; enfim, com o tempo, o presidente resignatário foi para a oposição (Assis, 1991, p. 96).

Ao mesmo tempo em que dá continuidade à vocação extensiva do romance nacional, desenvolvida pelos românticos, que contribuíram para a formação de um imaginário de nação que se estendia desde *O gaúcho* até *O sertanejo*, com José de Alencar, Euclides tem o mérito de, além de tirar o foco literário da região Sudeste e ampliá-lo para as regiões Norte e Nordeste, configurar literariamente, em uma forma diversa da ficção regionalista pitoresca e amena, a reflexão do país como um todo não-orgânico. Euclides da Cunha dá sequência, ainda que com especificidades e contradições, ao projeto de nação e à consciência de atraso desenvolvidos por Machado de Assis.

Foi com a publicação de *Os Sertões*, inicialmente um conjunto de impressões e anotações sobre a Guerra de Canudos (1893- 1897), que Euclides entrou para a história como um dos mais importantes intérpretes do Brasil. Nessa obra, o escritor, a partir da análise da “terra”, do “homem” e da “luta”, e até então completamente mergulhado nas ideologias em voga à época, tais como o cientificismo e o positivismo, equaciona os termos da contradição do projeto de nação vigente ao se confrontar com os apelos da cruel realidade da população que habitava Canudos: uma população de “desterrados em sua própria terra”, abandonada pelo centro político e comercial do país, que se transferira para as regiões Sudeste e Sul, e posta à margem dos projetos de nação construídos até então, assim como dos projetos que surgiram posteriormente.

Não havia um homem válido. Aqueles mesmos que carregavam os companheiros sucumbidos claudicavam, a cada passo, com os pés sangrando, varados de espinhos e cortados pelas pedras. Cobertos de chapéus de palha grosseiros, fardas em trapos, alguns tragicamente ridículos mal velando a nudez com os capotes em pedaços, mal alinhando-se em simulacro de formatura, entraram pelo arraial lembrando uma turma de retirantes, batidos dos sóis bravios, fugindo à desolação e à miséria (Cunha, 2000, p. 239).

De saída, podemos apontar que Euclides registra a falta de rumo do país, observa que o progresso não é para todos e faz da descoberta do Brasil esquecido um programa de vida. Alguns anos após a volta da Guerra de Canudos, Euclides, chefiando a missão



exploradora do Alto Purus, na Amazônia, se depara com outro quadro espantoso, o da vida dos homens em meio a uma natureza inóspita e longe da “civilização” brasileira, homens que, enfim, estavam à margem da história, e da literatura.

Ressalvados os aspectos críticos presentes na obra de Euclides da Cunha, não podemos esquecer o outro gume. O escritor paulista incorporou como poucos a ideologia de sua época, e isso nos salta aos olhos a cada página de *Os Sertões*, por exemplo. Transferindo sua fé da religião para a ciência, o autor elabora uma interpretação do país bastante determinista, apresentando em muitos pontos o atraso brasileiro como fruto unicamente de causas “naturais” (debilidade de raça, clima, relevo etc.) e que, portanto, não poderiam ser modificadas. Tampouco podemos deixar de assinalar a relevância da questão racial em *Os Sertões*, pois sua interpretação “etnográfica” postula a existência de uma raça que não sendo branca, negra nem indígena é sobretudo uma raça forte.

Silvio Romero, em 1888 publicou a *História da literatura brasileira*, a qual reveste-se de grande importância no cenário dos fins do século XIX, pois a mesma revelou-se como um projeto de nação que o crítico sergipano buscava consolidar por meio das letras, estabelecendo cânones e sendo a primeira a colocar a história literária brasileira em bases científicas e conceituais, além de estabelecer a primeira periodização da literatura brasileira.

A literatura brasileira nos 20 primeiros anos do século XX se caracteriza pela coexistência de traços de tendências de diversas escolas, enquanto se identificam sinais de renovação em alguns autores que apresentam em suas obras técnica de composição diferente dos processos tradicionais e que prenunciavam o advento do modernismo. Nessas duas décadas do século XX, autores como Afonso Arinos e Monteiro Lobato já apresentam concepções de arte independente e revitalizadora no campo regional, e o mesmo acontece com a ficção de cunho social e urbano com autores como Graça Aranha e Lima Barreto. Alguns chamam esse período de Pré-modernismo ou período sincretista.

Para avaliar o lucro, descontou o frete, de estrada de ferro e carroça, o custo dos caixões, o salário dos auxiliares e, após esse cálculo que não era laborioso, teve a evidência de que ganhara mil e quinhentos reis, nem mais nem menos. O Senhor Azevedo tinha-lhe pago pelo cento a quantia com que se compra uma dúzia (Barreto, 1991, p. 95).

Em relação ao modernismo brasileiro, lembramos a síntese feita por Alfredo Bosi, para quem esse movimento seguiu duas direções: liberdade formal e ideais nacionalistas



(Bosi, 1985, p. 380). Interessa-nos aqui particularmente a segunda direção, trata-se de evidenciar em que consistiu o projeto nacional modernista, sendo que focalizaremos o “primeiro modernismo”. Embalados pelas transformações sociais impulsionadas pelo fim da Primeira Guerra Mundial, sobretudo as inovações tecnológicas e a modernização das cidades, sob influxo das vanguardas europeias e do centenário da Independência, os modernistas brasileiros promoveram a “reavaliação da cultura brasileira” (Candido, 2004, p. 88).

Nesse sentido, pode-se afirmar que um dos principais elementos constitutivos dessa reavaliação foi o nacionalismo literário, que mais uma vez se deu de maneira tensa e contraditória. Partindo dos consensos para chegar às divergências, observa-se no interior do movimento modernista uma declarada aspiração de reformulação das bases da nação brasileira: criticavam-se as escolas literárias predecessoras, lutava-se por uma língua própria e buscava-se nas tradições culturais populares e no folclore a formulação de uma verdadeira cultura nacional.

Nesse período, a construção da nação havia novamente se tornado um elemento fundamental na atividade literária. As obras de Machado de Assis, Euclides da Cunha e Lima Barreto haviam chamado a atenção para o caráter perversamente inconcluso da nação brasileira, fazendo-se necessária a conclusão desse projeto. É, então, nessas condições que se desenvolve o nacionalismo literário modernista: a missão agora é dar conta das terras ignotas, dos desterrados em sua própria terra, da grande leva de imigrantes, etc. Poder-se-ia dizer que a comunidade nacional do Brasil já estava àquela época, ao menos política, econômica e juridicamente, imaginada, porém, socialmente o que se via era a marginalização de grande parte da população em oposição a uma pequena parcela de privilegiados que podia gozar das realizações de algumas das promessas que no Estado-nação europeu já se vivenciavam.

Mário de Andrade ao definir o que seriam as normas iniciais do modernismo estabelece três princípios fundamentais, entre os quais está o de “estabilização de uma consciência criadora nacional”. Com a fragmentação do modernismo, que ocorrera por volta de 1925, surgiram várias correntes, entre as quais se destaca o movimento Nacionalista, o qual se inicia como movimento verde-amarelo, caminhando depois para a “Anta” e o integralismo, com acentuado nacionalismo político e literário. A partir de 1930 surge a segunda geração modernista com nomes como Carlos Drummond de Andrade e Vinicius





de Moraes. A terceira fase do modernismo emerge em 1945 com nomes como Guimarães Rosa, uma de suas maiores expressões.

Conforme as concepções de nação, políticas e estéticas de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e do grupo Verde-Amarelo, ícones do Modernismo e representantes de três atitudes distintas face à questão nacional, pode-se dividir as concepções nacionalistas modernistas em dois grandes grupos: um vinculado a uma interpretação histórico-temporal da nação (grupo Pau-Brasil), outro vinculado a uma interpretação espacial (grupo Verde-Amarelo). O foco direcionado para Mário de Andrade e Cassiano Ricardo, vinculado ao grupo Verde-Amarelo, indica que o debate nacionalista mais uma vez girou em torno da questão do “específico brasileiro” em detrimento da “influência estrangeira” e *vice-versa*. A concepção de nação do grupo Pau Brasil tentava incorporar o dado estrangeiro para, por meio da Antropofagia, constituir o dado brasileiro.

Segundo Mônica Velloso (1993), através da teoria da “desgeografização”, Mário propõe uma nova maneira de se pensar o Brasil. Até então a literatura regional vinha interpretando a realidade a partir da geografia e do meio ambiente, priorizando sempre o fator espacial. Agora, entram as questões temporal e histórica e, de acordo com esse universo conceitual, Mário procura interpretar o Brasil, situando-o no quadro internacional mediante a tentativa de configurar uma síntese entre o local e o cosmopolita.

Mário realizará esse projeto, de fato, em sua obra *Macunaíma*, pois aliando cultura popular e folclore a uma vasta erudição, o escritor paulista configura em *Macunaíma* uma composição estética capaz de dar a ver as contradições da nação brasileira: vejam-se, por exemplo, a ironia em relação à “literatice” na “Carta pras icamiabas”, sua abordagem da questão racial, as viagens de *Macunaíma* pelo Brasil como que desfazendo as amarras geográficas, a crítica feita à modernização perversa, etc.

Moram os Paulistanos em Palácios alterosos de cinquenta, cem e mais andares, a que, nas épocas da procriação, invadem umas nuvens de mosquitos pernlongos, de vária espécie, muito ao gosto dos nativos, mordendo os homens e as senhoras com tanta propriedade nos seus distintivos, que não precisam eles e elas das cáusticas urtigas para as massagens da excitação, tal como entre os selvícolas e de uso. Os pernlongos se encarregam dessa faina; e otram tais milagres que, nos bairros miseráveis, surgem anualmente uma incontável multidão de rapazes e raparigas bulhentos, a que chamamos “italianinhos”; destinados a alimentarem as fábricas dos áureos potentados, e a servirem, escravos, o descanso aromático dos Cresos (Andrade, s.d., p. 106).



A concepção do grupo Verde-Amarelo segue um caminho diverso, decaindo para um conceito muito positivo do significado de ser brasileiro. Nessa concepção, a grandiosidade do país, nossas terras, nossas matas (o dado geográfico) faziam frente à nossa história, nada grandiosa, marcada pelos estigmas da colonização e da escravidão. De acordo com essa concepção, dever-se-ia manter, via regionalismo, uma essência nacional em contraposição a tudo que viesse de fora, configurando-se, desse modo, uma identificação entre nação e território, e uma volta às mais ingênuas (mas não inofensivas) concepções de nação românticas. A consequência de tal pensamento era a amenidade crítica e o apagamento das contradições nacionais.

O Brasil verde-amarelo (mas também muito do Brasil antropofágico de Oswald) continuava a ser o país do futuro, nas palavras de Mônica Velloso: “No ideário verde-amarelo, o Brasil sempre é apontado como motivo de orgulho: de um lado, ele é o gigante, de outro a criança. Apesar da aparente disparidade, as metáforas convergem para uma ideia matriz: a de potencialidade. Quando o gigante acordar, quando a criança crescer...” (Velloso, 1993, p. 13). Apresentando uma concepção mais aberta ao cosmopolitismo, encontra-se Oswald de Andrade, cuja concepção da Antropofagia foi uma das maiores contribuições ao projeto de construção nacional modernista.

Essa concepção aparentemente possibilitava uma síntese entre elementos locais e estrangeiros, e desde então tem sido saudada pela maior parte da crítica e dos leitores como dado sumamente positivo. Gostaríamos, no entanto, de trazer à tona o outro lado da questão, que é a frágil realização estética em muitos pontos da Poesia Pau Brasil, pois apesar das intenções de configurar uma nova nacionalidade e de “tirar o país do estado de irrelevância” (Schwarz, 1987, p. 26), a poesia pau-brasil acaba amenizando conflitos e conciliando o inconciliável, configurando o que o mesmo Schwarz chama de “visão encantada do Brasil” (Schwarz, 1987, p. 21). Vemos, portanto, que o nacionalismo literário, e todas as questões a ele relacionadas, continuaram sendo também durante o Modernismo um elemento bastante contraditório, alvo de muitas disputas e divergências.

### **Os gumes da literatura brasileira: imposição e adaptação cultural**

Quando se fala de “gumes” da literatura brasileira, conforme denominação utilizado por Antonio Candido, faz-se referência a uma série de oposições ou lados que, embora



pareçam contraditórios, na verdade, são complementares como os dois gumes de uma mesma faca, como quando se fala do local e do universal, do particular e do importado, do nacional e do estrangeiro, mesmo que alguns desses “gumes” digam a mesma coisa como local/particular. Alguns críticos e teóricos mais sofisticados utilizam o termo “Dialética” para se referir às oposições como no caso da “dialética universal – particular em Machado de Assis”, ou “Dialética local – universal”, conforme utilizado por Antonio Candido. Tanto na literatura brasileira quanto na latino-americana aconteceu um processo de implantação de gêneros como as Crônicas de Viagem e a Epistolografia que serviram de instrumento de comunicação e divulgação das expedições dos viajantes e, por outro lado, o Teatro, mais do que a imposição de uma literatura, constituía um instrumento a serviço da catequese, utilizado pelos missionários que vieram para o novo continente.

A ideia bastante comum de que a literatura chega ao Brasil como uma imposição, como parte do conjunto de ações das quais os colonizadores lançaram mão para se instalar no Brasil e garantir seu domínio político, cultural e econômico, inserindo-se, dessa forma, no processo de configuração da hegemonia, num primeiro momento da Coroa Portuguesa e, a partir da Independência, da classe dominante nacional, parece-nos fruto de um constructo teórico baseado nas doutrinas ditas críticas, de base ideológica. Ao contrário dessa percepção, entendemos que não é relevante o papel da literatura, pelo menos nos primeiros cem anos de colonização, como instrumento de dominação política e econômica, dado o fato de que, como dito acima, o teatro enquanto gênero foi instrumento metodológico para a evangelização, e as “imposições culturais” decorrentes desse processo estavam mais ligadas às necessidades da Igreja, do que aos propósitos da Coroa.

No tempo da catequese os missionários coloniais escreviam autos e poemas, em língua indígena ou em vernáculo, para tornar acessíveis ao catecúmeno os princípios da religião e da civilização metropolitana, por meio de formas literárias consagradas, equivalentes às que se destinavam ao homem culto de então (Candido, 1989 p. 176).

A primeira literatura escrita em solo Brasileiro e na América Latina é fruto do trabalho de religiosos que aqui estavam e, posteriormente, dos migrantes mais instruídos e das primeiras gerações nascidas nestas terras, como o caso de Inca Garcilaso de la Vega, na América hispânica. No caso propriamente brasileiro, no que diz respeito à literatura de forma mais específica, é importante notar que a dialética local-universal se configura da seguinte maneira: a forma literária que chega ao Brasil se encontra num estágio de grande



refinamento técnico e erudito na Europa, é o auge da forma classicista, que buscava retornar aos padrões gregos e romanos.

Nesse momento, é comum a prática de tornar rígidas as formas, principalmente por meio da normatização estética. A compreensão desse momento é importante, porque possibilita verificar que, para ser bem aceito socialmente, o escritor tinha que buscar atender adequadamente as "normas formais universais". Por outro lado, o estudo da dialética entre forma e conteúdo nos ensina que aquela está sempre buscando ajustar-se adequadamente a este, e no Brasil não foi diferente. A forma clássica importada, quando chega às nossas terras encontra uma matéria que não se adequa a ela, sendo que essa inadequação entre forma europeia e conteúdo nativo terá várias consequências interessantes, por um lado, e negativas por outro. Um dos benefícios da importação da forma clássica foi que a literatura produzida aqui pôde alcançar um bom nível em um período de tempo relativamente curto; já uma das desvantagens foi o fato de o estilo com ares eruditos e rebuscados se colocar como uma barreira a mais na difusão da literatura.

Durante a primeira fase colonial do Brasil, a literatura feita em terras brasileiras será muito mais filiada à tradição portuguesa e europeia que ao Brasil; além disso, ainda não havia no país as condições minimamente necessárias à configuração de uma literatura nacional. Nas palavras de Antonio Candido (2006), as obras desse período são antes manifestações literárias em terras brasileiras que literatura brasileira propriamente dita. A importância das manifestações literárias diz respeito, sobretudo, ao desenvolvimento de certo sentimento localista entre os colonos e também ao processo de transfiguração da realidade, responsável pelo "veio da exaltada celebração do país, que durante quase três séculos serviu de compensação para o atraso e o primitivismo reinantes". No interior do processo de formação da literatura brasileira, Candido aponta um duplo movimento:

De um lado, a visão da nova realidade que se oferecia e devia ser transformada em "temas", diferentes dos que nutriam a literatura da Metrópole. Do outro lado, a necessidade de usar de maneira por vezes diferente "as formas", adaptando os gêneros às necessidades de expressão dos sentimentos e da realidade local (Candido, 2006, p. 14-15).

Esse processo de “imposição-adaptação”, ao qual Candido chama de “dialética local-universal”, isto é, a relação entre a forma europeia e a matéria local, será fundamental para a formação da literatura nacional. O trabalho dos escritores de adequação da forma



estrangeira à matéria local será um grande impulsionador do desenvolvimento da literatura brasileira propriamente dita. Porém, o sistema literário nacional se configura plenamente apenas quando, ao lado do desenvolvimento de condições de produção e circulação das obras, os escritores já podem buscar recursos em seus predecessores nacionais.

Gonçalves de Magalhães (1865), em seu *Ensaio sobre a História da Literatura Brasileira*, numa das metáforas do texto, declara que uma árvore, mesmo advinda de um enxerto, perde as características da árvore original, em razão do solo em que foi plantada e assim produz frutos distintos em decorrência da terra. Para Gonçalves de Magalhães, essa árvore transplantada era a língua portuguesa, a qual trazida para América recebeu traços tão distintos que lhe permitiram produzir frutos de sabor diferente, sendo estes frutos a metáfora para uma literatura diferenciada.

(...) como das árvores enxertadas, vêm se pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies. E, posto que não degenerem muito, os do enxerto brotaram, contudo, algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco que lhes dá o nutrimento, as quais os distinguem dos outros frutos da mesma espécie. Em tal caso, marcham a par as duas literaturas e distinguir-se pode a indígena da estrangeira (Magalhães, 1865, p 1) [no manuscrito].

A concepção de nação do grupo Pau Brasil (1924), cuja paternidade recai sobre Oswald de Andrade, grosso modo, intentava incorporar criticamente o dado estrangeiro para, por meio da Antropofagia, constituir o dado brasileiro. No *Manifesto Antropofágico* (1928), Oswald de Andrade propõe “deglutir” o legado cultural europeu e “digeri-lo” sob a forma de uma arte tipicamente brasileira e, assim, apresenta uma concepção mais aberta ao cosmopolitismo. Oswald de Andrade com sua concepção da Antropofagia, trouxe uma das maiores contribuições ao projeto de construção nacional modernista. Essa concepção aparentemente possibilitava uma síntese entre elementos locais e estrangeiros, e desde então tem sido saudada pela maior parte da crítica e dos leitores como dado sumamente positivo.

Todavia, é importante trazer à tona o outro lado da questão, que é a frágil realização estética, em muitos pontos, da Poesia Pau Brasil e que configura o que Roberto Schwarz chama de “visão encantada do Brasil”. Os críticos desse movimento apontam que, apesar das intenções de configurar uma nova nacionalidade e de “tirar o país do estado de irrelevância”, a poesia pau-brasil acaba amenizando conflitos e conciliando o inconciliável como se pode observado, por exemplo, no poema a seguir:



## Contrabando

Os alfandegueiros de Santos  
 Examinaram minhas malas  
 Minhas roupas  
 Mas se esqueceram de ver  
 Que eu trazia no coração  
 Uma saudade feliz  
 De Paris.  
 (Andrade, 1925, p. 112)

Vemos, portanto, que o nacionalismo literário e todas as questões a ele relacionadas continuaram sendo também durante o Modernismo um elemento bastante contraditório, alvo de muitas disputas e divergências. Os “gumes” nacional-importado, próprios do Modernismo, fazem-nos retornar ao realismo machadiano em que a dialética universal – particular se delineia com menos contradições do que os gums modernistas. Sabe-se que Machado de Assis, no balanço que elabora da literatura brasileira escrita até sua época (1873), propõe-se a estudar uma característica da literatura produzida no Brasil até então e que ele identifica como “instinto de nacionalidade”, ou ainda, “o geral desejo de criar uma literatura mais independente” (Assis, 1994, p. 1).

Comentando as contribuições de autores como frei Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Gonçalves Dias e José de Alencar, o escritor carioca ressalta o modo como a figura do índio aparece em nossa literatura, enquanto chama a atenção do leitor para o fato de a crítica de sua época só reconhecer “espírito nacional nas obras que tratam de assunto local”, quando na sua opinião, e isso é talvez a sua maior contribuição nesse artigo: “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (Assis, 1994, p. 3). Com isso Machado procura assinalar que, para falar do país, das mazelas sociais, das crueldades da escravidão, do fosso capitalista, etc., ele não precisa falar diretamente dos índios, dos negros, das mulheres e assim por diante.

De fato, Machado não se vale do tema indígena, não traz o colorido das matas selvagens, não se aventura pelo interior do país em busca do específico regional, mas consegue, por meio do trabalho estético, da síntese entre forma literária e processo social, representar as fraturas da nação brasileira. Em Machado há uma radicalidade negativa, a qual durante muito tempo foi erroneamente interpretada como pessimismo niilista, que





supera a visão eufórica do país. Observa-se, então, que a concepção de nação apresentada por Machado é muito mais complexa que a dos românticos. Ele já está em condições de perceber e, principalmente, de formular literariamente a crítica a um projeto de nação construído com bases na modernização, nas promessas de progresso e emancipação que nos chegavam do pensamento europeu e que eram aqui reelaboradas.

O povo, tomado de uma cega piedade que lhe dá em tal caso legítima indignação, pode exigir do governo certa ordem de atos; mas este, com a responsabilidade que lhe incumbe, não os deve praticar, ao menos integralmente, e tal é a nossa situação. A generosa revolução que ontem derrubou uma câmara vilipendiada e corrupta, pediu em altos brados o arrasamento da Casa Verde; mas pode entrar no ânimo do governo eliminar a loucura? Não. E se o governo não a pode eliminar, está ao menos apto para discriminá-la, reconhecê-la? Também não; é matéria de ciência (Assis, 1994, p. 51).

No trecho acima de *O Alienista*, há uma discussão política particular da cidade de Itaguaí que, porém, encontra-se em qualquer sistema político global (universal). O povo que está em fase de transição da dependência e da dominação para a independência, como no Mito da Caverna (livro VII de *A República*, de Platão), que quando sai da escuridão para a luz fica ofuscado e precisa de tempo para ver as coisas com clareza, assim, também precisa se adaptar ao novo sistema, conhecer seus limites e responsabilidades, tanto quanto as dos governantes. Machado mostra um contexto social local, mas que pode ser lido em qualquer lugar do mundo sem que a particularidade de Itaguaí impeça de ver fenômenos universais nessa narrativa. Desse modo, pode-se entender a dialética do local – importado; da imposição – transformação; do particular – universal ou, simplesmente, os diferentes “gumes” da literatura brasileira.

### Considerações finais

Cabe guardar como ponto essencial para a compreensão do Sistema Literário brasileiro, que este não se confunde com o conceito de historiografia literária, pois este só aborda elementos parciais da produção de obras em determinados períodos, enquanto o Sistema Literário é constituído por elementos que envolvem a gênese, a circulação, o consumo e a revitalização de obras de diversos tipos que fazem parte de correntes diversas e contraditórias. Deve-se ressaltar que o Sistema Literário brasileiro não se esgota nas obras



produzidas no Brasil, por brasileiros e consumidas no país, pois ao sistema literário da nação são incorporadas obras escritas por brasileiros em outros tempos e lugares, assim como obras produzidas por não brasileiros no território nacional e, ainda, obras traduzidas para o português, publicadas e consumidas no país.

A ideia de Sistema Literário brasileiro apresenta várias vertentes e, embora a definição de Antonio Candido seja a mais difundida, a mesma encontra restrições, pois Candido estabelece o tempo para a formação da literatura brasileira entre o Arcadismo/Romantismo e o ano de 1880, considerando a literatura produzida antes do Arcadismo como simples “manifestações literárias no Brasil”. Por sua vez, outras vertentes, como a liderada por Haroldo de Campos, consideram necessária a inclusão de autores e obras anteriores a esse período como integrantes desse sistema.

Fora essas considerações sobre o Sistema Literário, devem-se registrar questões importantes relacionadas com o projeto de nação na formação da literatura brasileira, pois o empenho em produzir uma literatura independente da escrita em Portugal também envolve o projeto de construção de uma nação, sendo que essas duas tarefas motivaram o desejo e a determinação de autores e críticos para a instauração de uma cultura válida no país e que representasse a nova nação. A vontade de tornar a literatura e a nação independentes já estava presente no sentimento nativista manifesto no Arcadismo, assim como a estética do Romantismo brasileiro foi claramente conduzida pelo desejo de emancipação literária e de consolidação da soberania nacional.

A independência política colocou em evidência a necessidade de construir uma identidade nacional, a qual tinha o índio como encarnação do espírito nacional, enquanto o senso do dever patriótico dos autores da época os levava a querer construir símbolos e definir a história, a cultura e a identidade por intermédio de uma literatura própria que exaltasse a beleza e a riqueza da natureza configurando, assim, o indianismo, a exaltação da natureza e o regionalismo como elementos gerais que constituíram a literatura e a expressão nacional no Romantismo.

O projeto de nação não termina com o Romantismo, mas avança durante o Realismo, período em que a literatura machadiana supera a temática indigenista e o colorido da natureza, evoluindo para uma perspectiva crítica de nação, ancorada na modernização e nas promessas de progresso e emancipação vindas dos ideários europeus. Ainda, o projeto de nação continua com os autores do chamado Pré-modernismo para, finalmente, alcançar seu



término, enquanto objeto de constructo estético e político, com o movimento modernista brasileiro que tenta produzir uma ideia de nação síntese do processo “antropofágico”, o qual expressa a noção de hibridismo cultural que buscava nas tradições populares e no folclore as bases de uma verdadeira cultura nacional.

Registre-se, por último, quanto à formação da literatura local e à constituição do sistema literário nacional, que o arcabouço sobre o qual se desenvolvem as ideias estéticas e políticas que serviram de alicerce para a literatura brasileira, decorre de um processo dialógico em que os denominados “gumes” se integram para dar origem a um produto novo, pois o local e o universal, o nacional e o estrangeiro, o particular e o importado e, inclusive, a imposição e a adaptação, juntam-se permitindo que algo novo surja como ilustrado pela metáfora da árvore enxertada apresentada por Gonçalves de Magalhães.

## Referências

- ALENCAR, José de. **Iracema**: Lenda do Ceará. 28. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. 6 ed. São Paulo: Martins, s.d.
- ANDRADE, Oswald de. **Pau brasil**. Paris: Sans Pareil, 1925.
- ASSIS, Machado de. Instinto de Nacionalidade: Notícia atual da literatura brasileira [Ensaio, 1873]. *In: Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994, p. 11-18.
- ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. 17. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- ASSIS, Machado de. **O Alienista**. São Paulo. São Paulo: FTD, 1994.
- BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1991
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1985.
- CAMPOS, Haroldo de. **O sequestro do Barroco na formação da literatura brasileira**: O caso de Gregório de Mattos. Salvador – BA: Casa de Palavras / Fundação Casa de Jorge Amado: 1989.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: Momentos Decisivos. São Paulo: Ouro sobre azul, 2006.
- CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. *In: A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162.
- CANDIDO, Antonio. Literatura de Dois Gumes. *In: A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 163-167.



CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: Campanha de Canudos. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. 3. ed. São Paulo: FTD, 1996.

KOTHE, Flávio René. **Literatura e sistemas intersemióticos**. São Paulo: Cortez Editora, 1981

MAGALHÃES, Gonçalves de. Discurso sobre a História da Literatura Brasileira. *In*: **Opúsculos Históricos e Literários**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. 2 vols. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

VELLOSO, Mônica. A literatura como espelho da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 239-263.

VELLOSO, Mônica. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

